

		 MINISTÉRIO DA DEFESA EXÉRCITO BRASILEIRO HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS			
PROTOCOLO GERAL Nº 64581.005501/2022-95				DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: <u>28</u> /2022	
				Nº 907	
SEÇÃO: SEÇÃO DE AQUISIÇÕES, LICITAÇÕES E CONTRATOS				ANO: 2022	
INTERESSADO: H Mil A Manaus					
ASSUNTO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de perfilagem ótica com fornecimento de relatório do poço artesiano do Hospital Militar de Área de Manaus.					
ANEXOS: Projeto Básico; Aviso de dispensa de licitação; Termo de autuação; DIEx requisitório; Nota de crédito; Formalização da demanda; Solicitação formal ao fornecedor (SFC), Pesquisa de preços; Relatório de pesquisa de preços; Aviso de dispensa de licitação; Motivação da dispensa, Certidões, Notas de empenho.					
MOVIMENTO DO PROCESSO					
DESTINO		DATA		DESTINO	
DATA					
1				19	
2				20	
3				21	
4				22	
5				23	
6				24	
7				25	
8				26	
9				27	
10				28	
11				29	
12				30	
13				31	
14				32	
15				33	
16				34	
17				35	
18				36	

**MINISTÉRIO DA DEFESA
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS**

TERMO DE AUTUAÇÃO

Processo autuado sob o nº 64581.005501/2022-95, que trata da realização de Dispensa de Licitação nº ____/2020, visando à contratação de empresa especializada no serviço de perfilagem ótica do poço artesiano com fornecimento de relatório do Hospital Militar de Área, conforme especificações e quantidades estabelecidas no DIEx Requisitório, constituído de ____ folhas, devidamente numeradas e rubricadas:

1. Termo de autuação.....Folha nº ____
2. DIEx Requisitório N° 08-Pel Obras.....Folha nº ____
3. Nota de crédito.....Folha nº ____
4. Formalização da demanda.....Folha nº ____
5. Solicitação formal ao Fornecedor.....Folha nº ____
6. Pesquisa de preços.....Folha nº ____
7. Relatório de pesquisa de preços.....Folha nº ____
8. Autorização da Contratação.....Folha nº ____
9. Aviso de Dispensa de Licitação.....Folha nº ____
- 9.1. Documentação exigida para habilitação.....Folha nº ____
- 9.2. Projeto Básico.....Folha nº ____
- 9.3. Minuta de Contrato.....Folha nº ____
10. E-mails de comunicação.....Folha nº ____
11. Documentos de Habilitação.....Folha nº ____
12. Proposta do fornecedor vencedor.....Folha nº ____
13. Relatório da dispensa.....Folha nº ____
14. Certidões.....Folha nº ____
15. Nota de Empenho.....Folha nº ____
16. Documentos para contratação.....Folha nº ____
17. Termo de Contrato ____/2022.....Folha nº ____
18. Extrato D.O.U.....Folha nº ____

Manaus-AM, 07 de Maio de 2022.



JOSE COSTA DE OLIVEIRA - Cap QAO
Chefe da Seção de Obras e Manutenção



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

DIEx Requisitório nº 8 - Pel Obras/DIV AP ADM/SUBDIREÇÃO
EB: 64581.005501/2022-95

Manaus, AM, 29 de Abril de 2022.

Do Chefe da Seção de Obras e Manutenção - SOMAN

Ao Sr Fiscal Administrativo do H Mil A Manaus

Assunto: contratação de serviço

Anexos: a. Pesquisa de Preços;
b. Relatório de pesquisa de preço; e
c. Aviso de dispensa de licitação

Nos termos do contido no Art. 13 da Portaria Ministerial nº 305 de 21 de maio de 1995 (IG 12-02), solicito a V Sa providências junto ao Ordenador de Despesas no sentido de ser realizada a contratação de empresa especializada no serviço de perfilagem ótica do poço artesiano com fornecimento de relatório sobre a atual situação do poço do Hospital Militar de Área de Manaus, conforme descrição a seguir:

a. especificação do item:

Nr Ord	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CAT SERV	Und	Qtd	V Unit (R\$)	V Total (R\$)
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de perfilagem ótica do poço artesiano com emissão de laudo Técnico e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. • Verificar a atual situação do poço devido ao rompimento da corda de apoio da tubulação; • Identificar e diagnosticar os danos causados, apresentando soluções para manutenção corretiva; • Verificar os motivos dos danos causados; • Verificar Possíveis vazamentos de emendas; • Verificar a Situação da coluna de revestimento; • Verificar a Zona de proteção sanitária; • Verificar a Profundidade dos filtros em intervalos; • Disponibilizar filmagem do interior do poço; • Confeccionar um laudo técnico contendo todas as informações solicitadas e demais informações pertinentes a manutenção corretiva do poço. • Deve ser executado com um equipamento de conjunto de perfiladores óticos possibilitando a realização de filmagens das paredes internas do poço. Isso de forma lateral e horizontal, a partir de uma microcâmera 360° colorida à prova d'água com um contador para aferir medidas de revestimentos e profundidade final do poço, iluminação LED de alta intensidade e foco de fundo e lateral.	15598	Sv	01	5500	5500
TOTAL GERAL (R\$)						5500

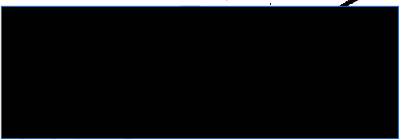
b. **Finalidade:** atender as necessidades do H Mil A Manaus no serviço de perfilagem ótica do poço artesiano do Hospital Militar de Área de Manaus.

c. **Tipo de Empenho:** Ordinário; e.


JOSÉ COSTA DE OLIVEIRA - Cap QAO
Chefe da Seção de Obras e Manutenção

VISTO:

- Submeto o presente DIEx requisitório para apreciação do Sr Ordenador de Despesas.


RODRIGO THOMAZ CAMPOS - Maj
Fiscal Administrativo do H Mil A Manaus

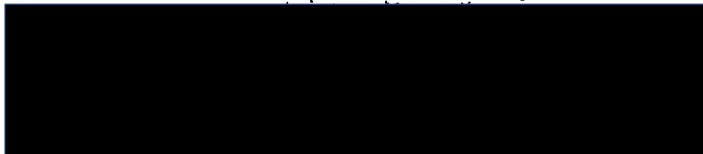
Despacho do Ordenador de Despesas:

1. Autorizo o início dos procedimentos de contratação e determino a abertura do processo de **Dispensa de Licitação**, conforme Inciso II, do Art. 75, da Lei nº 14.133/21;
2. A Seção de Aquisições adote providências cabíveis de acordo com as normas em vigor; e
3. Para fins do Inc. IV do Art. 72 da Lei 14.133/21, empregar o recurso constante da nota de crédito anexo a este processo e Natureza da Despesa – 33.90.39 e subitem 16 (Manutenção de Bens Imóveis); e
4. Para fins do § 2º, do Art. 4º, da IN/SEGES nº 67, de 08 JUL 21 será utilizada a seguinte subclasse da Classificação Nacional de Atividades Econômicas – CNAE: 7119-7/02- Atividades de estudos geológicos

UG FAVORECIDA	NC	P T Res	PI	ND	UGR	Fonte Pagadora

4. publique-se.

Manaus-AM, 09 de Maio de 2022.


ALBINO JOSÉ DA CRUZ RENDEIRO - Cel
Ordenador de Despesas do H Mil A Manaus



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS**

DOCUMENTO DE FORMALIZAÇÃO DA DEMANDA
(Processo Administrativo nº 64581.005501/2022-95)

Órgão: Hospital Militar de Área de Manaus	
Setor Requisitante: Seção de Obras e Manutenção - SOMAN	
Responsável pela Demanda: Cap QAO JOSÉ COSTA DE OLIVEIRA	
e-mail: capjcosta@gmail.com	Telefone: (92) 99253-6290

1. Justificativa da necessidade da contratação de serviço terceirizado, considerando o Planejamento Estratégico, se for o caso.

1.1. DOS ASPECTOS TÉCNICOS DA NECESSIDADE

1.1.1. O Hospital Militar de Área de Manaus Unidade Hospitalar de referência do Comando Militar da Amazônia, presta atendimento médico-hospitalar, odontológico e laboratorial aos militares da ativa e da reserva, pensionistas e servidores civis do Exército, além de Militares da Marinha, da Força Aérea e seus respectivos dependentes, totalizando mais de 50 mil usuários.

1.1.2. Esta Organização Militar de Saúde possui uma força de trabalho que é composto por militares e servidores civis, com efetivo aproximadamente de 600 (seiscentas) pessoas, que prestam serviços e atendimentos no Pronto Atendimento Médico, Unidade de Tratamento Intensiva e enfermarias que funcionam 24 horas por dia, possui ainda uma Divisão de odontologia, Ambulatório, Laboratório de Análises Clínicas, Seção de Fisioterapia, Unidade de Apoio ao Diagnóstico por Imagem e Cozinha (Rancho), que atendem em 03 (três) turnos. As instalações do H Mil A Manaus possuem aproximadamente 8.000 m²(oito mil metros quadrados) de área útil construída.

1.1.3. A filmagem de um poço ou perfilagem óptica consiste em coletar uma imagem através de uma câmera de alta definição por dentro de um poço e toda sua estrutura. Dessa forma, o diagnóstico é preciso e facilita uma descrição minuciosa na detecção de problemas construtivos. Como no processo de resgate de bombas e tubulações e na recuperação de poços com problemas de contaminação do aquífero. Indicando os respectivos procedimentos adotados com o objetivo de corrigi-los.

1.1.4. A perfilagem permite a administração elaborar um perfil construtivo do poço com todas as características como diâmetro, quantidade específica de revestimento, tipo de litologia e possíveis fraturas na rocha, além de realizar um relatório subordinado para identificar problemas e auxiliar na solução.

1.1.5. Devido à falta de mão de obra especializada no Quadro de Cargos Previstos — QCP desta OMS, é necessário a devida contratação para verificação de Possíveis métodos para a manutenção corretiva do poço artesiano. Devido ao rompimento da corda de ligação com a tubulação do poço, o mesmo encontra-se parado, causando um aumento na gestão orçamentária para concessionária, dessa forma a verificação por meio de perfilagem ótica da atual situação do poço servirá de

embasamento para uma posterior contratação de empresa para a manutenção corretiva ou fechamento do poço.

1.1.6. Sem a devida contratação, o Hospital não poderá licitar a manutenção do poço, pois, as empresas não terão possibilidade de ajustar os métodos mais eficientes para a pesca do material no fundo do poço.

1.2. DA DESCRIÇÃO DETALHADA DO SERVIÇO

1.2.1. O serviço de perfilagem ótico do referido processo contem os seguintes serviços:

1.3. DOS RISCOS RELATIVOS À FALTA DO SERVIÇO

1.3.1. Devido à falta de mão de obra especializada no Quadro de Cargos Previstos — QCP desta OMS, é necessário a devida contratação para verificação de Possíveis métodos para a manutenção corretiva do poço artesiano. Devido ao rompimento da corda de ligação com a tubulação do poço, o mesmo encontra-se parado, causando um aumento na gestão orçamentária para concessionária, dessa forma a verificação por meio de perfilagem ótica da atual situação do poço servirá de embasamento para uma posterior contratação de empresa para a manutenção corretiva ou fechamento do poço.

1.3.2. Sem a devida contratação, o Hospital não poderá licitar a manutenção do poço, pois, as empresas não terão possibilidade de ajustar os métodos mais eficientes para a pesca do material no fundo do poço.

2. Quantidade de serviço a ser contratada.

2.1 A presente contratação se baseia pela quantidade de 01 serviço;

3. Previsão de data em que deve ser iniciada a prestação dos serviços.

3.1. Até 05 (cinco) dias após a emissão da Nota de Empenho.

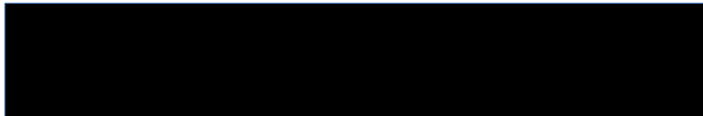
4. Indicação dos membros da equipe de planejamento e o responsável pela fiscalização.

4.1. Membros da Equipe de Planejamento:

4.1.1. Capitão - QAO José Costa de Oliveira

4.1.2. Cabo – Julio Diniz Vieira.

Manaus, 09 de março de 2022.


JOSE COSTA DE OLIVEIRA - Cap QAO
Chefe da Seção de Obras e Manutenção



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS**

RELATÓRIO DE PESQUISA DE PREÇOS

(Processo Administrativo nº 64581.005501/2022-95)

1. OBJETO

1.1. A presente Pesquisa de Preços foi realizada no período de 02 de Maio a 15 de junho de 2022, conforme determinações da Instrução Normativa nº 65, de 21 de julho de 2021, que dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

1.2. A Pesquisa de Preços foi elaborada por este agente, tecnicamente capaz de definir quantitativa e qualitativamente as necessidades do objeto, visando à contratação de empresa especializada para a perfilagem ótica do poço artesiano do HMAM sentido de atender às necessidades do Hospital Militar de Área de Manaus.

2. METODOLOGIA APLICADA

2.1. Foi utilizado, como metodologia para obtenção do preço de referência para a aquisição objeto deste processo, o menor valor obtido a partir da pesquisa.

3. PARÂMETROS UTILIZADOS

3.1. Conforme previsão do artigo 5º da IN 65/2021, foi utilizada o parâmetro previsto no Inciso IV, obtendo o menor preço a ser praticado. Foi realizada a consulta de possíveis contratações e pregões praticados por outros órgãos, de acordo com o site '<https://paineldepregos.planejamento.gov.br>'.

4. Em que pese à indicação do inciso IV ser a última prioridade de parâmetro a ser utilizada, nos termos legais, a mesma ocorreu em virtude de não serem encontradas contratações similares no painel de preço por conta da peculiaridade do serviço.

4. COMPARATIVO DE PREÇOS

Item	Especificação do Objeto	Un	Quant.	1º Orçamento	Legenda	2º Orçamento	Legenda	3º Orçamento	Legenda	Valor Und	Valor Total
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de perfilagem ótica do poço artesiano com emissão de laudo Técnico e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	Sv	01	5.500,00	4A	5.780,00	4B	5.900,00	4C	5.500,00	5.500,00

Parâmetros:

- 1 – Pannel de Preços disponível no endereço eletrônico “<https://paineldeprescos.planejamento.gov.br/>”;
- 2 – contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data da pesquisa de preços;
- 3 - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;
- 4 - pesquisa com os fornecedores.

Empresas:

- A – YPUA SANEAMENTO AMBIENTAL EIRELI - CNPJ: 21.429.112/0001-32
B – AWG ENGENHARIA EIRELI - CNPJ: 08.768.086 / 0001 - 09
C – CEMARP SERVIÇOS ELÉTRICOS E CONSTRUÇÕES – CNPJ: 19.425.352/0001-17

5. RESULTADOS OBTIDOS

5.1. Analisando todos os dados obtidos por este agente, conclui-se que a pesquisa de preços realizada cumpriu a finalidade de permitir que a Administração estabelecesse o preço estimado, de acordo com a realidade praticada no mercado, por empresas contratadas pela administração federal e empresas do mesmo ramo do objeto a ser contratado.

6. Anexos:

6.1. Orçamentos de fornecedor.

6.2. Empresas que não responderam as solicitações:

- A – contato@clambiental.com.br
- B – hidropel@hidropel.com.br
- C – hpnet@hidropocos.com.br
- D – contato@megabombas.com
- E – contato@otimaperfuracoes.com.br

Manaus-AM, 09 de Maio de 2022

JOSÉ COSTA DE OLIVEIRA - Cap QAO
Chefe da Seção de Obras e Manutenção



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

OFÍCIO Nº 10-Pel Obras/DIV AP ADM/SUBDIREÇÃO
EB: 64581.005753/2022-14

Manaus, 03 de Maio de 2022.

Ao Sr Sócio Administrador da Empresa – AWG Engenharia Eireli. CNPJ: 08.768.086 / 0001 –
09. Endereço: Rua Maranhão, 23 – Parque das Laranjeiras CEP: 69.058-500 Contatos: (92)
99206-1925.

Assunto: solicitação de orçamento

Senhor Sócio Administrador,

1. Prezado fornecedor, solicito verificar a possibilidade de realizar orçamento do serviço abaixo descrito, na quantidade e especificação descrita, visando atender às necessidades do Hospital Militar de Área de Manaus.

Nr Ord	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	Und	Quant.
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de perfilagem ótica do poço artesiano com confecção de laudo técnico e ART	Sv	01

2. Solicito, ainda, que a proposta de preços seja elaborada em papel timbrado da empresa, contendo razão social, CNPJ, endereço e telefone, com assinatura do responsável pela proposta, valores unitários e totais, data do orçamento, prazo de entrega, o qual será mais conveniente à medida que for o menor possível, e validade da proposta, a qual será mais conveniente à medida que expire mais tardiamente, e que demais encargos (taxas, fretes, seguros, etc.) sejam por conta do fornecedor.

Atenciosamente,

ALBINO JOSÉ DA CRUZ RENDEIRO – Cel
Ordenador de Despesas do Hospital Militar de Área de Manaus



AWG Engenharia Eireli.

CNPJ: 08.768.086 / 0001 - 09 - INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 11843401

REGISTRO CREA 4840

Manaus / AM.

Data: 05/05/2022

N/Ref.: Proposta nº 012/2022

Ao

HOSPITAL GERAL DE MANAUS

Rua Prof. Ernani Simão, 1421 – Cachoeirinha – CEP.: 69.065-390

At.: Sr. **Cap. J. Costa** – Setor de Manutenção do Hospital

Prezado Senhor:

Em atenção à solicitação de V.Sas., a **AWG ENGENHARIA EIRELI.** empresa do ramo de consultoria, projetos, construção civil, perfurações, construções de poços e sondagens e instalações e montagens eletromecânicas, com sede nesta cidade à Rua Maranhão, nº. 23 - Bairro Parque das Laranjeiras, serve-se desta para apresentar *Proposta Comercial* para execução de serviços, como segue:

I – DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

Serviços de perfilagem óptica para avaliação das paredes dos revestimentos geomecânicos de um poço tubular profundo, instalado no endereço acima, com emissão de laudo Técnico e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

II – PREÇO DOS SERVIÇOS

Nosso preço, com emissão de Nota Fiscal, para a execução dos serviços incluindo os encargos inerentes será de **R\$ 5.780,00** (cinco mil e setecentos e oitenta reais);

III – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

A combinar.

IV – PRAZO DE EXECUÇÃO

15(quinze) dias corridos

V – VALIDADE DA PROPOSTA

O prazo de validade desta proposta será de 15 (quinze) dias corridos.

Sem mais para o momento subscrevemo-nos, atenciosamente, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente.

WENCESLAU
ABTIBOL:07529
937200

Assinado de forma digital
por WENCESLAU
ABTIBOL:07529937200
Data: 2022.05.06 07:09:16
+04'00'

Endereço: Rua Maranhão, 23 – Parque das Laranjeiras CEP.: 69.058-500

Contatos: (92) 99206-1925

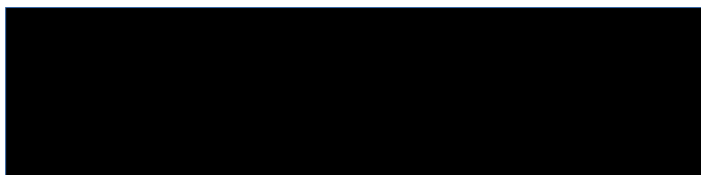
e-mail: wcbol@gmail.com / abtibol@awg-am.com.br



PROPOSTA

Proposta que faz a empresa CEMARP SERVIÇOS ELÉTRICOS E CONSTRUÇÕES EIRELI inscrita no CNPJ (MF) nº 19.425.352/0001-17, estabelecida no(a) Rua Tapiramutá, 42 – Quadra 65 - Lírio do Vale – Manaus – AM – CEP 69.038-640.

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 30 (trinta) dias.



RESPONSÁVEL TÉCNICO

NOME: Katriane Macedo Soares

PROFISSÃO: Engenheira Civil

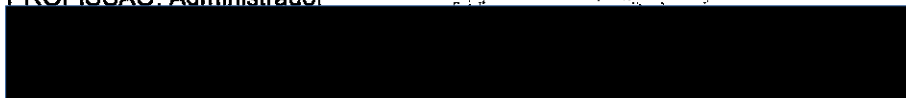
CARTEIRA PROFISSIONAL EXPEDIDA PELO CREA/MT-AM: Nº 50514

DADOS PARA ASSINATURA DO CONTRATO

NOME: Silas Uchoa Alfaia

CARGO/FUNÇÃO NA EMPRESA: Diretor Administrativo e Financeiro (PROCURADOR)

PROFISSÃO: Administrador



ESTADO CIVIL: CASADO

ENDEREÇO DO DOMICÍLIO: Rua Tapiramutá, 42 – Quadra 65 - Lírio do Vale – Manaus – AM – CEP 69.038-640

DECLARO, para os devidos fins, que, nos preços ofertados, estão incluídas as despesas com tributos, mão de obra, alimentação, transporte de pessoal, utilização de equipamentos e ferramentas, instrumentos e materiais necessários à execução dos serviços, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, prêmios de seguro e outras despesas de quaisquer naturezas que se fizerem indispensáveis à perfeita execução do objeto.

ORÇAMENTO

Cliente: HOSPITAL MILITAR DE AREA DE MANAUS -

HMAMCNPJ: 09.601.850/0001-10

Endereço: Rua Prof. Ernani Simão, nº 1421 –

Cachoeirinha/Manaus/AM – CEP: 69065-060



Objeto: Serviços de Perfilagem ótica do poço artesiano do Hospital Militar de Área de Manaus - HMAM.

Validade da Proposta: 30 (trinta) dias.

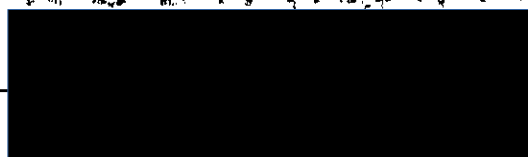
Execução: 20 (vinte) dias

Item	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	Valor total
01	Prestação do serviço de perfilagem ótica do poço artesiano do H Mil A Manaus com emissão de laudo Técnico e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.	5.900,00

Valor Total do Serviço: R\$ 5.900,00 (Cinco mil e novecentos reais).

CEMARP
E N G E N H A R I A

11 de maio de 2022 - Manaus/AM





MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

OFÍCIO Nº 10-Pel Obras/DIV AP ADM/SUBDIREÇÃO
EB: 64581.005753/2022-14

Manaus, 03 de Maio de 2022.

Ao Sr Sócio Administrador da Empresa – CEMARP SERVIÇOS ELÉTRICOS E
CONSTRUÇÕES EIRELI CNPJ (MF) nº 19.425.352/0001-17, Endereço - Rua Tapiramutá, 42 –
Quadra 65 - Lírio do Vale – Manaus – AM – CEP 69.038-640

Assunto: solicitação de orçamento

Senhor Sócio Administrador,

1. Prezado fornecedor, solicito verificar a possibilidade de realizar orçamento do serviço abaixo descrito, na quantidade e especificação descrita, visando atender às necessidades do Hospital Militar de Área de Manaus.

Nr Ord	DESCRIÇÃO DO MATERIAL/SERVIÇO	Und	Quant.
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de perfilagem ótica do poço artesiano com confecção de laudo técnico e ART	Sv	01

2. Solicito, ainda, que a proposta de preços seja elaborada em papel timbrado da empresa, contendo razão social, CNPJ, endereço e telefone, com assinatura do responsável pela proposta, valores unitários e totais, data do orçamento, prazo de entrega, o qual será mais conveniente à medida que for o menor possível, e validade da proposta, a qual será mais conveniente à medida que expire mais tardiamente, e que demais encargos (taxas, fretes, seguros, etc.) sejam por conta do fornecedor.

Atenciosamente,

ALBINO JOSÉ DA CRUZ RENDEIRO – Cel

Ordenador de Despesas do Hospital Militar de Área de Manaus

SIASG
net

Sistema Integrado de
Administração de
Serviços Gerais

ATA SGP

Ministério da
Economia

Consultas

Ambiente: PRODUÇÃO

Visualizar Item SRP

29/04/2022 08:07:11

Órgão	UASG Gerenciadora			
95120 - ESTADO DE MINAS GERAIS	984165 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BORDA DA MATA			
Modalidade de Licitação	Nº da Licitação	Nº do Processo	Compra Nacional	Gerenciada/Autorizada ME/SGD
Pregão Eletrônico	00104/2021	508	Sim	Não
Modo de Disputa	Aberto			

Nº do Item	Item	Item	Item
5	Serviço	Serviços Comuns	15598 - Manutenção de poço - tubular

Descrição Detalhada

Perfilagem óptica

Quantidade Publicada	Unidade de Fornecimento
10	Unidade

Detalhes do Item	Solicitações do Item	UASGs do Item	Fornecedores do Item
------------------	----------------------	---------------	----------------------

Solicitações do ItemUASGs do ItemFornecedores do Item

Fornecedores					Ação
Classificação	Fornecedor	Quantidade Homologada	Quantidade Autorizada	Valor Unitário Homologado (R\$)	Valor Unitário Renegociado (R\$)
1º	21.429.112/0001-32 - YPUA SANEAMENTO AMBIENTAL FIRELI	10	0	5.500,0000	-
					Visualizar

Pesquisar Item SRP

DECEMBER 2009

Fiscal Administrativo <fiscadmhmam@gmail.com>**Solicitação de orçamento para Perfilagem Ótica**

1 mensagem

Fiscal Administrativo <fiscadmhmam@gmail.com>

5 de maio de 2022 07:28

Para: contato@clambiental.com.br

1. Prezado fornecedor, solicito verificar a possibilidade de realizar orçamento do serviço abaixo descrito, na quantidade e especificação descrita, visando atender às necessidades do Hospital Militar de Área de Manaus.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de perfilagem ótica do poço artesiano do H Mil A Manaus medindo 130 metros de profundidade para verificação da atual situação e confecção de relatório final	01

2. Solicito, ainda, que a proposta de preços seja elaborada em papel timbrado da empresa, contendo razão social, CNPJ, endereço e telefone, com assinatura do responsável pela proposta, valores unitários e totais, data do orçamento, prazo de entrega, o qual será mais conveniente à medida que for o menor possível, e validade da proposta, a qual será mais conveniente à medida que expire mais tardiamente, e que demais encargos (taxas, fretes, seguros, etc.) sejam por conta do fornecedor.

Atenciosamente,

2º Ten Lima - fiscadmhmam@gmail.com

Hospital Militar de Área de Manaus - Exército Brasileiro
Rua Professor Ernani Simão, nr 1421, Bairro Cachoeirinha
Manaus/AM - CEP: 69065-060
Fone: (92) 2126 2002 ou (92)99247-7117

Fiscal Administrativo <fiscadmhmam@gmail.com>**Solicitação de orçamento para Perfilagem ótica**

1 mensagem

Fiscal Administrativo <fiscadmhmam@gmail.com>

5 de maio de 2022 07:27

Para: hidropel@hidropel.com.br

Senhor Sócio Administrador,

1. Prezado fornecedor, solicito verificar a possibilidade de realizar orçamento do serviço abaixo descrito, na quantidade e especificação descrita, visando atender às necessidades do Hospital Militar de Área de Manaus.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de perfilagem ótica do poço artesiano do H Mil A Manaus medindo 130 metros de profundidade para verificação da atual situação e confecção de relatório final	01

2. Solicito, ainda, que a proposta de preços seja elaborada em papel timbrado da empresa, contendo razão social, CNPJ, endereço e telefone, com assinatura do responsável pela proposta, valores unitários e totais, data do orçamento, prazo de entrega, o qual será mais conveniente à medida que for o menor possível, e validade da proposta, a qual será mais conveniente à medida que expire mais tardiamente, e que demais encargos (taxas, fretes, seguros, etc.) sejam por conta do fornecedor.

Atenciosamente,

2º Ten Lima - fiscadmhmam@gmail.com

Hospital Militar de Área de Manaus - Exército Brasileiro
Rua Professor Ermani Simão, nr 1421, Bairro Cachoeirinha
Manaus/AM - CEP: 69065-060
Fone: (92) 2126 2002 ou (92)99247-7117



Fiscal Administrativo <fiscadmhmam@gmail.com>

Solicitação de orçamento para Perfilagem Ótica

1 mensagem

Fiscal Administrativo <fiscadmhmam@gmail.com>

5 de maio de 2022 07:30

Para: hpnet@hidropocos.com.br

Senhor Sócio Administrador,

1. Prezado fornecedor, solicito verificar a possibilidade de realizar orçamento do serviço abaixo descrito, na quantidade e especificação descrita, visando atender às necessidades do Hospital Militar de Área de Manaus.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de perfilagem ótica do poço artesiano do H Mil A Manaus medindo 130 metros de profundidade para verificação da atual situação e confecção de relatório final	01

2. Solicito, ainda, que a proposta de preços seja elaborada em papel timbrado da empresa, contendo razão social, CNPJ, endereço e telefone, com assinatura do responsável pela proposta, valores unitários e totais, data do orçamento, prazo de entrega, o qual será mais conveniente à medida que for o menor possível, e validade da proposta, a qual será mais conveniente à medida que expire mais tardiamente, e que demais encargos (taxas, fretes, seguros, etc.) sejam por conta do fornecedor.

Atenciosamente,

2º Ten Lima - fiscadmhmam@gmail.com

Hospital Militar de Área de Manaus - Exército Brasileiro
Rua Professor Ernani Simão, nr 1421, Bairro Cachoeirinha
Manaus/AM - CEP: 69065-060
Fone: (92) 2126 2002 ou (92)99247-7117



Fiscal Administrativo <fiscadmhmam@gmail.com>

Solicitação de orçamento para Perfilagem ótica

1 mensagem

Fiscal Administrativo <fiscadmhmam@gmail.com>

5 de maio de 2022 07:29

Para: contato@megabombas.com

Senhor Sócio Administrador,

1. Prezado fornecedor, solicito verificar a possibilidade de realizar orçamento do serviço abaixo descrito, na quantidade e especificação descrita, visando atender às necessidades do Hospital Militar de Área de Manaus.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de perfilagem ótica do poço artesiano do H Mil A Manaus medindo 130 metros de profundidade para verificação da atual situação e confecção de relatório final	01

2. Solicito, ainda, que a proposta de preços seja elaborada em papel timbrado da empresa, contendo razão social, CNPJ, endereço e telefone, com assinatura do responsável pela proposta, valores unitários e totais, data do orçamento, prazo de entrega, o qual será mais conveniente à medida que for o menor possível, e validade da proposta, a qual será mais conveniente à medida que expire mais tardiamente, e que demais encargos (taxas, fretes, seguros, etc.) sejam por conta do fornecedor.

Atenciosamente,

2º Ten Lima - fiscadmhmam@gmail.com

Hospital Militar de Área de Manaus - Exército Brasileiro
Rua Professor Ernani Simão, nr 1421, Bairro Cachoeirinha
Manaus/AM - CEP: 69065-060
Fone: (92) 2126 2002 ou (92)99247-7117

Fiscal Administrativo <fiscadmhmam@gmail.com>**Solicitação de orçamento para Perfilagem ótica**

1 mensagem

Fiscal Administrativo <fiscadmhmam@gmail.com>

5 de maio de 2022 07:27

Para: contato@otimaperfuracoes.com.br

Senhor Sócio Administrador,

1. Prezado fornecedor, solicito verificar a possibilidade de realizar orçamento do serviço abaixo descrito, na quantidade e especificação descrita, visando atender às necessidades do Hospital Militar de Área de Manaus.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de perfilagem ótica do poço artesiano do H Mil A Manaus medindo 130 metros de profundidade para verificação da atual situação e confecção de relatório final	01

2. Solicito, ainda, que a proposta de preços seja elaborada em papel timbrado da empresa, contendo razão social, CNPJ, endereço e telefone, com assinatura do responsável pela proposta, valores unitários e totais, data do orçamento, prazo de entrega, o qual será mais conveniente à medida que for o menor possível, e validade da proposta, a qual será mais conveniente à medida que expire mais tardiamente, e que demais encargos (taxas, fretes, seguros, etc.) sejam por conta do fornecedor.

Atenciosamente,

2º Ten Lima - fiscadmhmam@gmail.com

Hospital Militar de Área de Manaus - Exército Brasileiro
Rua Professor Ernani Simão, nr 1421, Bairro Cachoeirinha
Manaus/AM - CEP: 69065-060
Fone: (92) 2126 2002 ou (92)99247-7117



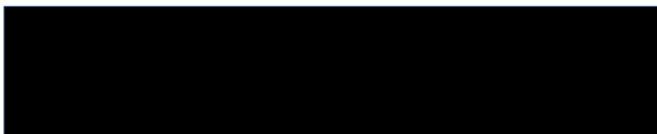
MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

MOTIVAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO
(NUP 64581.005501/2022-95)

Conforme determina o inciso IV, do artigo 50, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório.

Nesse sentido, o presente dispensa de licitação encontra amparo no inciso II, do artigo 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sendo necessária em virtude das razões apresentadas no documento de formalização da demanda juntado aos autos, particularmente quanto à contratação de empresa especializada a perfilagem ótica do poço artesiano do HMAM, não foi possível a adesão desses itens por falta de pregões vigentes nessa região, e o fornecimento oriundo de outros estados tornaria inviável para o fornecedor devido ao alto valor do transporte.

Manaus-AM, 09 de Maio de 2022.



ALBINO JOSÉ DA CRUZ RENDEIRO – Cel
Ordenador de Despesas



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS**

**AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 28/2022
(Processo Administrativo n.º 64581.005501/2022-95)**

Torna-se público que o Hospital Militar de Área de Manaus, por meio da Seção de Aquisições, Licitações e Contratos, realizará Dispensa Eletrônica com critério de julgamento de menor preço, na hipótese do art. 75, inciso II, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da sessão: 30/05/2022

Link: <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

Horário da Fase de Lances: 8:00 às 14:00

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação por dispensa de licitação para contratação de empresa especializada no serviço de perfilagem ótica do poço artesiano com fornecimento de relatório sobre a atual situação do poço do Hospital Militar de Área de Manaus, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.2. A contratação será dividida, conforme tabela constante abaixo.

Nr Ord	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CAT SERV	Und	Qtd	V Unit (R\$)	V Total (R\$)
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de perfilagem ótica do poço artesiano com emissão de laudo Técnico e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART, contendo os seguintes serviços: • Verificar a atual situação do poço devido ao rompimento da corda de apoio da tubulação; • Identificar e diagnosticar os danos causados, apresentando soluções para manutenção corretiva; • Verificar os motivos dos danos causados; • Verificar Possíveis vazamentos de emendas; • Verificar a Situação da coluna de revestimento; • Verificar a Zona de proteção sanitária; • Verificar a Profundidade dos filtros em intervalos; • Disponibilizar filmagem do interior do poço; • Confeccionar um relatório final contendo todas as informações solicitadas e demais informações pertinentes a manutenção corretiva do poço.	15598	Sv	01	5.500,00	5.500,00
TOTAL GERAL (R\$)						5.500,00

1.2.1. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica integrante do Sistema de Compras do Governo Federal – Comprasnet 4.0, disponível no endereço eletrônico <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortal.asp>

2.1.1. Os fornecedores deverão atender aos procedimentos previstos no Manual do Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no Portal de Compras do Governo Federal, para acesso ao sistema e operacionalização.

2.1.2. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. Que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. Que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por

submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. Sociedades cooperativas.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta no sistema, os fornecedores **NÃO** poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também, assinalar “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, às seguintes declarações:

3.9.1. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

3.9.2. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

3.9.3. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

3.9.4. Que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;

3.9.5. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir das 8:00h da data estabelecida neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será automaticamente aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.

4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

4.2.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.

4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.

4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.

4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

- 5.1.** Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
- 5.2.** No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
- 5.2.1.** Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
- 5.2.2.** A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
- 5.2.3.** Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
- 5.3.** Estando o preço compatível, será solicitado o envio da proposta e, se necessário, de documentos complementares, adequada ao último lance.
- 5.4.** O prazo de validade da proposta não será inferior a 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.5.** Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 5.5.1.** Contiver vícios insanáveis;
- 5.5.2.** Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
- 5.5.3.** Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- 5.5.4.** Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 5.5.5.** Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
- 5.6.** Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
- 5.6.1.** For insuficiente para a cobertura dos custos da contratação; apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 5.6.2.** Apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
- 5.7.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- 5.8.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
- 5.8.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

5.8.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

5.9. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

5.10. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

5.11. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

5.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.

6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

d) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>);

6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação

6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.3. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos fornecedores será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

6.3.1. É dever do fornecedor atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, quando solicitado, a respectiva documentação atualizada.

6.3.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do fornecedor, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

6.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Aviso de Contratação Direta e já apresentados, o fornecedor será convocado a encaminhá-los, em formato digital, após solicitação da Administração, sob pena de inabilitação.

6.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

6.6. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

6.7. O fornecedor provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

6.7.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do fornecedor nos remanescentes.

6.8. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.

6.8.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação

6.9. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

7.2. O adjudicatário terá o prazo de 07 (sete) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

7.2.1. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

7.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

7.3.1. Referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

7.3.2. A contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.3. A contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

7.4. O prazo de vigência da contratação é de cinco meses prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

7.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

8.1.1. Dar causa à inexecução parcial do contrato;

8.1.2. Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

8.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

8.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

8.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

8.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

8.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

8.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

8.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

8.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.

8.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.

8.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

b) Multa de 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;

c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

8.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

8.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

8.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

8.11. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado no Comprasnet 4.0 e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e encaminhado automaticamente aos fornecedores registrados no Sistema de Registro Cadastral Unificado - Sicaf, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. Republicar o presente aviso com uma nova data;

9.2.2. Valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

9.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Aviso.

9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

9.13.1. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

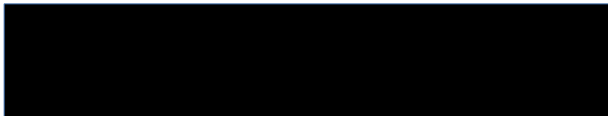
9.13.2. ANEXO II – Projeto Básico;

9.13.3. ANEXO III – Estudo Técnico Preliminar

9.13.4. ANEXO IV – Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

9.13.5. ANEXO V – Minuta de Termo de Contrato;

Manaus, 09 de Maio de 2022.



ALBINO JOSÉ DA CRUZ RENDEIRO – Cel
Ordenador de Despesas do H Mil A Manaus

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação jurídica:

- 1.1 No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;
- 1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 1.4 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 1.6 Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;
- 1.7 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

- 2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 2.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 2.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 2.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 2.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *estadual e/ou municipal*, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 2.6 Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual e/ou Municipal* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 2.7 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *estaduais ou municipais* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3 Qualificação Econômico-Financeira:

- 3.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

3.2 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais;

3.2.1 As empresas criadas no exercício financeiro da dispensa deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

3.2.2 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 02 (dois) anos.

3.3 Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

4 Qualificação Técnica

4.1 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.1.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

4.1.1.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 01 ano na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de serem ininterruptos.

4.1.1.2 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.1.1.3 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

4.1.1.4 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

4.2 Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

4.2.1 Fica assegurado direito à realização de vistoria prévia, na forma prevista no Termo de Referência.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS
PROJETO BÁSICO
(PRESTAÇÃO DE SERVIÇO - Dispensa de Licitação)
Dispensa de Licitação nº 28/2022
(Processo Administrativo nº 64581.005501/2022-95)

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada no serviço de perfilagem ótica do poço artesiano com fornecimento de relatório do Hospital Militar de Área, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Nr Ord	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	CAT SER V	Und	Qtd	V Unit (R\$)	V Total (R\$)
01	Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de perfilagem ótica do poço artesiano e confecção de relatório contendo os seguintes serviços: • Verificar a atual situação do poço devido ao rompimento da corda de apoio da tubulação; • Identificar e diagnosticar os danos causados, apresentando soluções para manutenção corretiva; • Verificar os motivos dos danos causados; • Verificar Possíveis vazamentos de emendas; • Verificar a Situação da coluna de revestimento; • Verificar a Zona de proteção sanitária; • Verificar a Profundidade dos filtros em intervalos; • Disponibilizar filmagem do interior do poço; • Confeccionar um relatório final contendo todas as informações solicitadas e demais informações pertinentes a manutenção corretiva do poço. • Deve ser executado com um equipamento de conjunto de perfiladores óticos possibilitando a realização de filmagens das paredes internas do poço. Isso de forma lateral e horizontal, a partir de uma microcâmera 360° colorida à prova d'água com um contador para aferir medidas de revestimentos e profundidade final do poço,	15598	Sv	01	5.500,00	5.500,00

iluminação LED de alta intensidade e foco de fundo e lateral.					
TOTAL GERAL (R\$)					5.500,00

1.2. O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum de perfilagem ótica no poço artesiano do H Mil A Manaus.

1.3. A presente contratação adotará como regime de execução a Empreitada por Preço Unitário.

1.4. A modalidade foi adotada uma vez que os serviços podem ser mensurados por unidades de medida, cujo valor total do contrato é o resultante da multiplicação do preço unitário pelo total de meses e quantidade de unidades contratadas.

1.5. Por se tratar de um processo ordinário, a presente licitação terá como contrato a nota de empenho.

2. JUSTIFICATIVAS E OBJETIVOS DA CONTRATAÇÃO

2.1. O Hospital Militar de Área de Manaus Unidade Hospitalar de referência do Comando Militar da Amazônia, presta atendimento médico-hospitalar, odontológico e laboratorial aos militares da ativa e da reserva, pensionistas e servidores civis do Exército, além de Militares da Marinha, da Força Aérea e seus respectivos dependentes, totalizando mais de 50 mil usuários.

2.2. Esta Organização Militar de Saúde possui uma força de trabalho que é composto por militares e servidores civis, com efetivo aproximadamente de 600 (seiscentas) pessoas, que prestam serviços e atendimentos no Pronto Atendimento Médico, Unidade de Tratamento Intensiva e enfermarias que funcionam 24 horas por dia, possui ainda uma Divisão de odontologia, Ambulatório, Laboratório de Análises Clínicas, Seção de Fisioterapia, Unidade de Apoio ao Diagnóstico por Imagem e Cozinha (Rancho), que atendem em 03 (três) turnos. As instalações do H Mil A Manaus possuem aproximadamente 8.000 m²(oito mil metros quadrados) de área útil construída.

2.3. A filmagem de um poço ou perfilagem ótica consiste em coletar uma imagem através de uma câmera de alta definição por dentro de um poço e toda sua estrutura. Dessa forma, o diagnóstico é preciso e facilita uma descrição minuciosa na detecção de problemas construtivos. Como no processo de resgate de bombas e tubulações e na recuperação de poços com problemas de contaminação do aquífero. Indicando os respectivos procedimentos adotados com o objetivo

de corrigi-los.

2.4. A perfilagem permite a administração elaborar um perfil construtivo do poço com todas as características como diâmetro, quantidade específica de revestimento, tipo de litologia e possíveis fraturas na rocha, além de realizar um relatório subordinado para identificar problemas e auxiliar na solução.

2.5. Devido à falta de mão de obra especializada no Quadro de Cargos Previstos — QCP desta OMS é necessário a devida contratação para verificação de Possíveis métodos para a manutenção corretiva do poço artesiano. Devido ao rompimento da corda de ligação com a tubulação do poço, o mesmo encontra-se parado, causando um aumento na gestão orçamentária para concessionária, dessa forma a verificação por meio de perfilagem ótica da atual situação do poço servirá de embasamento para uma posterior contratação de empresa para a manutenção corretiva ou fechamento do poço.

2.6. Sem a devida contratação, o Hospital não poderá licitar a manutenção do poço, pois, as empresas não terão possibilidade de ajustar os métodos mais eficientes para a pesca do material no fundo do poço.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. Trata-se de serviço comum a ser contratado mediante dispensa de licitação, com fulcro no inciso II, do art. 75, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.4. Por se tratar de dispensa de licitação, após a realização e conferência da pesquisa de preços, o Fornecedor será escolhido mediante atendimento ao princípio da economicidade, sendo contratado aquele que ofertar a proposta de menor valor, desde que atenda aos requisitos estabelecidos neste instrumento.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Os serviços especificados nos itens deverão obedecer a todas as normas técnicas e demais legislações vigentes. Deverão atender a todos os requisitos de quantidade, qualidade e rendimento, conforme especificação e normas técnicas de cada item, com garantia total dos serviços;

5.1.2. Adotar todas as medidas de segurança para a perfeita manutenção da ETE, empregando equipamento de proteção individual e maquinários dentro das especificações dos órgãos reguladores e com manutenções previstas executadas, assim como profissionais habilitados para operá-los.

5.1.3. A empresa será responsável pela visita prévia e verificação da área indicada pela administração, validando as condições físicas para perfeita manutenção com segurança, e funcionamento, de modo a prestar um assessoramento técnico prévio, devendo manifestar-se por escrito a respeito.

5.1.4. A contratação de firma para realização dos referidos serviços, observará a Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 2, de 30/04/2008, e da Instrução Normativa SLTI/MPOG n° 1, de 19/01/2010.

5.1.5. A empresa deverá atender às Normas Regulamentadoras - NR, relativas à segurança e medicina do trabalho, que são de observância obrigatória pelas empresas privadas e públicas e pelos órgãos públicos da administração direta e indireta, bem como pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, que possuam empregados regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho-CLT.

5.1.6. A contratação deverá prever no que couber, práticas de sustentabilidade nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP n° 01, de 19 de janeiro de 2010.

5.2. Declaração do contratante de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço.

6. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

6.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.2 A contratada será responsável por realizar uma vistoria técnica mensal, acompanhada pelo representante da administração, observando as perfeitas condições de funcionamento da ETE.

6.1.3 A execução dos serviços será iniciada até cinco dias após a assinatura do contrato, na forma que segue.

6.1.4 Não é obrigação por parte da contratada em manter funcionários ou preposto nas instalações da contratante durante o prazo de execução. No caso de intercorrências no funcionamento dos objetos, a empresa, após acionamento pela administração, deverá adotar providências para a reparação do defeito até o prazo de 72 (setenta e duas) horas. Caso não haja meios para reparo, a contratada deverá substituir o objeto no prazo de 48 (horas).

6.1.5 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.6 Os serviços serão executados no H Mil A Manaus – Hospital Militar de Área de Manaus - Rua Professor Ernani Simão nº 1421, Bairro Cachoeirinha - CEP:69065-060-Manaus-AM, com horário de funcionamento nos dias de segunda a quinta-feira, de 08:00 horas às 15:00 horas e nas sexta-feira, das 08:00 horas às 12:00 horas, conforme discriminado abaixo:

6.1.7 O início da execução do objeto ocorrerá por meio de ordem de serviço, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir da assinatura do contrato.

6.1.8 A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de fiscal de contrato designado, acompanhados dos profissionais encarregados pela contratada, com a finalidade de verificar a prestação do serviço estabelecido neste PB.

6.1.9 Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

6.1.10 A aprovação da realização dos serviços, dentro dos parâmetros pré-definidos neste PB, deverá ser entregue por escrito ao contratado, para que este seja pago pelo serviço.

6.1.11 Os serviços de operação e manutenção da ETE compreendem:

6.1.12 Estão pormenorizar no Estudo Técnico Preliminar.

6.1.13 Legislação Aplicada:

6.1.14 Lei nº 6938/1981, Política Nacional do Meio Ambiente;

- 6.1.15 Lei nº 9433/97, Política Nacional dos Recursos Hídricos;
- 6.1.16 Lei nº 11445/07, estabelece Diretrizes Nacionais para o Saneamento Básico;
- 6.1.17 Resolução 357/05, cria o Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA;
- 6.1.18 A prática de manutenção descrita neste Projeto Básico vem ser aplicadas em conjunto com as seguintes Normas:
- 6.1.19 Às normas técnicas mais recentes da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia);
- 6.1.20 Resoluções CONAMA nº 430/2011, Dispõe sobre as condições e padrões de lançamento de efluentes;
- 6.1.21 Memorial Descritivo, Memorial de Cálculo e Manual de Operação da ETE - HIDROAMAZONAS; e
- 6.1.22 Demais normas afeitas ao serviço, bem como observância aos controles e dispositivos legais emitidos pelos órgãos reguladores no âmbito federal, estadual e municipal.
- 6.1.23 Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho, em especial as seguintes:
- 6.1.24 NR-6: Equipamentos de Proteção Individual – EPI;
- 6.1.25 NR-10: Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- 6.1.26 NR-32: Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde; e
- 6.1.27 NR-23: Proteção Contra Incêndios.
- 6.1.28 Não haverá a possibilidade de subcontratação do objeto ou de parte do objeto.

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

- 7.1. Deve ser executado com um equipamento de conjunto de perfiladores óticos possibilitando a realização de filmagens das paredes internas do poço. Isso de forma lateral e horizontal, a partir de uma microcâmera 360° colorida à prova d'água com um contador para aferir medidas de revestimentos e profundidade final do poço, iluminação LED de alta intensidade e foco de fundo e lateral.
- 7.2. O objeto da contratação não enseja em fornecimentos de materiais adicionais como rotina durante a execução do serviço.
- 7.3. No caso de intercorrências no objeto, que ensejem a reposição/fornecimento de materiais, a responsabilidade correrá por parte da contratada.
- 7.4. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:
- 7.5. A contratada deverá efetuar a contratação dos profissionais especializados, habilitados

para a execução do serviço, obedecendo à legislação trabalhista e previdenciária vigente, bem como possuir credenciamento dos órgãos reguladores e registro nas entidades profissionais competentes;

7.6. A demanda da CONTRATANTE requer a manutenção do seguinte equipamento, conforme especificações técnicas contidas no manual de operação e manutenção do fabricante:

8. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

8.1. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

8.2. A empresa será responsável pelas manutenções que porventura sejam necessárias durante o contrato;

8.3. A empresa deverá adotar providências para a reparação do defeito até o prazo de 72 (setenta e duas) horas. Caso não haja meios para reparo, a contratada deverá substituir o objeto dentro do prazo de manutenção.

8.4. Todas as despesas atinentes ao transporte e assentamento no local determinado pela administração, no interior das instalações do Hospital Militar de Área de Manaus, no endereço Rua Prof. Ernani Simão, 1421 - Cachoeirinha, Manaus - AM, correrão por parte da contratada.

8.5. As despesas decorrentes do fornecimento de um ponto de energia para ligação com a rede elétrica e ligação com a rede de água e de esgoto correrão por parte da contratante.

8.6. No valor da manutenção também estão inclusas todas as despesas com mão de obra, tributos, bem como encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, seguros e outros de qualquer natureza.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

9.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

- 9.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;
- 9.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico;
- 9.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 9.6. Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 9.6.1. Exercer o poder de mando sobre os empregados da Contratada, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação prever o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
- 9.6.2. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
- 9.6.3. Considerar os trabalhadores da Contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.
- 9.7. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;
- 9.8. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento;
- 9.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;
- 9.10. Arquivar, entre outros documentos, projetos, "as built", especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas;
- 9.11. Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 26, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.12. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Executar os serviços conforme especificações deste Projeto Básico e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Projeto Básico e em sua proposta;

10.2. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

10.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigido, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

10.4. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

10.5. Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

10.6. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

10.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

- 10.8. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 10.9. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 10.10. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 10.11. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 10.12. Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Projeto Básico, no prazo determinado.
- 10.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 10.14. Submeter previamente, por escrito, à Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo.
- 10.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 10.16. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Projeto Básico;
- 10.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146, de 2015.
- 10.18. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 10.19. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores

futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto deste Projeto Básico, conforme art. 119, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.20. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;

10.21. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

10.22. Assegurar à CONTRATANTE, em conformidade com o previsto no subitem 6.1, “a” e “b”, do Anexo VII – F da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 25/05/2017:

10.22.1. O direito de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, logo após o recebimento de cada parcela, de forma permanente, permitindo à Contratante distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações;

10.22.2. Os direitos autorais da solução, do projeto, de suas especificações técnicas, das documentações produzidas e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a sua utilização sem que exista autorização expressa da Contratante, sob pena de multa, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

10.23. Disponibilizar à Contratante os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

11. DA SUBCONTRATAÇÃO

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratado.

12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

12.1. Não é admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos neste Projeto Básico; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não

haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

13.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma do art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.2. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

13.3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Projeto Básico.

13.4. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no art. 125, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.5. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto no art. 117, da Lei nº 14.133, de 2021.

13.7. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Projeto Básico e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 155 e 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.8. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de

fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.9. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme modelo previsto no Anexo I, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

13.9.1. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

13.10. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.11. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.12. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.13. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.14. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

13.15. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.16. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente, com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Projeto Básico e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca qualidade e forma de uso.

13.17. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas: Inspeção diária do estado de funcionamento e disponibilidade dos objetos, registrando e acionando imediatamente a empresa no caso de quaisquer vícios ou más funcionalidades observadas.

13.18. Acompanhar o funcionário designado pela empresa em inspeção mensal, lavrando quaisquer anormalidades ou vícios.

13.19. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SLTI/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.20. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

14. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

14.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

14.2. No prazo de até **5 dias corridos** do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual;

14.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico e setorial ou pela equipe de fiscalização após a entrega da documentação acima, da seguinte forma:

14.3.1. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pelo serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

14.3.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

14.3.3. A Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

14.3.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

14.4. No prazo de até **10 dias corridos** a partir do recebimento dos documentos da CONTRATADA, cada fiscal ou a equipe de fiscalização deverá elaborar Relatório Circunstanciado em consonância com suas atribuições, e encaminhá-lo ao gestor do contrato.

14.4.1. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o relatório circunstanciado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

14.4.2. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do relatório circunstanciado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

14.4.2.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o parágrafo anterior não ser procedida tempestivamente, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento provisório no dia do esgotamento do prazo.

14.4.3. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

14.4.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização, com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou instrumento substituto.

14.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

14.6. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Projeto Básico e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

15. DO PAGAMENTO

15.1. Seguir conforme o Capítulo X – Dos Pagamentos da Lei 14.133, de 2021.

15.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei 14.133, de 2021 será efetuado pela Contratante no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

15.3. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Projeto Básico.

15.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.4.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.5. O setor competente para proceder ao pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

15.5.1. O prazo de validade;

15.5.2. A data da emissão;

15.5.3. Os dados do contrato e do órgão contratante;

15.5.4. O período de prestação dos serviços;

15.5.5. O valor a pagar; e

15.5.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as

medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

15.7. Nos termos do item 1, do Anexo VIII-A da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

15.7.1. Não produziu os resultados acordados;

15.7.2. Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;

15.7.3. Deixou de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

15.8. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.9. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Projeto Básico.

15.10. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

15.11. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

15.12. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

15.13. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

15.14. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

15.14.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

15.15. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

15.16. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

15.17. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

16 DA CONTA-DEPÓSITO VINCULADA

16.1 Não aplicável, em razão da natureza do serviço, em função da inexistência da prestação de serviço de dedicação exclusiva de mão de obra.

17 DO PAGAMENTO PELO FATO GERADOR

17.1 Não aplicável, em razão da natureza do serviço, em função da inexistência da prestação de serviço de dedicação exclusiva de mão de obra.

18 REAJUSTE

18.1 Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da assinatura do contrato ou ata.

19 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

19.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

19.2 Não haverá fornecimento de mão de obra, não ensejando uma prerrogativa legal.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

20.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

20.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

20.1.3. Falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo; ou

20.1.4. Cometer fraude fiscal.

20.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

20.2.1. Advertência por escrito, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

20.2.2. Multa de:

20.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

20.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

20.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

20.2.2.4. 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2**, abaixo; e

20.2.2.5. 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

20.2.2.6. as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

20.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

20.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

20.3. As sanções previstas acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

20.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2:

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato

4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02
5	Retirar funcionários ou encarregados do serviço durante o expediente, sem a anuência prévia do CONTRATANTE, por empregado e por dia;	03
Para os itens a seguir, deixar de:		
6	Registrar e controlar, diariamente, a assiduidade e a pontualidade de seu pessoal, por funcionário e	01

	por dia;	
7	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02
8	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01
9	Cumprir quaisquer dos itens do Projeto Básico e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03
10	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Projeto Básico/contrato;	01
11	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	01

20.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 156, III e IV da Lei nº 14.133, de 2021, as empresas ou profissionais que:

20.5.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.5.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

20.5.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

20.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

20.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

20.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

20.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do contratado, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

20.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

20.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

20.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

20.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

20.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO E HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR (CONTRATAÇÃO DIRETA)

21.2. A Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
- d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

21.2.1. Para a consulta de pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

21.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

21.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

21.2.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

21.2.2.3. O proponente será convocado para manifestação previamente à uma eventual negativa de contratação.

21.3. No decorrer da execução contratual, deverá a contratada comprovar o preenchimento dos seguintes requisitos de habilitação:

21.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

21.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à

Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

21.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

21.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

21.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do contratado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

21.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado, relativa à atividade em cujo exercício contrata;

21.3.7. Caso o contratado seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

22. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

22.2. Unidade/ Gestão: 167086/00001;

22.3. Fonte de Recursos: 017072303;

22.4. Programa de Trabalho Resumido: 174668;

22.5. Natureza de Despesa: 339039;

22.6. Plano Interno: B42201002DU.

23. DO ANEXO

23.1. ANEXO I - INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR);

23.2. ANEXO II – ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR; e

23.3. ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO.

Manaus-AM, 09 de Maio de 2022.



JOSE COSTA DE OLIVEIRA – Cap QAO
Chefe da Seção de Obras e Manutenção – HMAM

Aprovo o presente Projeto Básico, considerando todos os elementos técnicos que o apoiam, apresentados pelo Chefe do pelotão de manutenção e transporte, para atender às necessidades do Hospital Militar de Área de Manaus.



ALBINO JOSE DA CRUZ RENDEIRO – Cel
Ordenador de Despesas do H Mil A Manaus



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)
DISPENSA DE LICITAÇÃO
(NUP: 64581.005501/2022-95)**

1. Informações básicas

Número do processo: 64581.005501/2022-95.

2. Descrição da necessidade da contratação

2.1. O Hospital Militar de Área de Manaus Unidade Hospitalar de referência do Comando Militar da Amazônia, presta atendimento médico-hospitalar, odontológico e laboratorial aos militares da ativa e da reserva, pensionistas e servidores civis do Exército, além de Militares da Marinha, da Força Aérea e seus respectivos dependentes, totalizando mais de 50 mil usuários.

2.2. Esta Organização Militar de Saúde possui uma força de trabalho que é composto por militares e servidores civis, com efetivo aproximadamente de 600 (seiscentas) pessoas, que prestam serviços e atendimentos no Pronto Atendimento Médico, Unidade de Tratamento Intensiva e enfermarias que funcionam 24 horas por dia, possui ainda uma Divisão de odontologia, Ambulatório, Laboratório de Análises Clínicas, Seção de Fisioterapia, Unidade de Apoio ao Diagnóstico por Imagem e Cozinha (Rancho), que atendem em 03 (três) turnos. As instalações do H Mil A Manaus possuem aproximadamente 8.000 m²(oito mil metros quadrados) de área útil construída.

2.3. A filmagem de um poço ou perfilagem óptica consiste em coletar uma imagem através de uma câmera de alta definição por dentro de um poço e toda sua estrutura. Dessa forma, o diagnóstico é preciso e facilita uma descrição minuciosa na detecção de problemas construtivos. Como no processo de resgate de bombas e tubulações e na recuperação de poços com problemas de contaminação do aquífero.

Indicando os respectivos procedimentos adotados com o objetivo de corrigi-los.

2.4. A perfilagem permite a administração elaborar um perfil construtivo do poço com todas as características como diâmetro, quantidade específica de revestimento, tipo de litologia e possíveis fraturas na rocha, além de realizar um relatório subordinado para identificar problemas e auxiliar na solução.

2.5. Devido à falta de mão de obra especializada no Quadro de Cargos Previstos — QCP desta OMS é necessário a devida contratação para verificação de Possíveis métodos para a manutenção corretiva do poço artesiano. Devido ao rompimento da corda de ligação com a tubulação do poço, o mesmo encontra-se parado, causando um aumento na gestão orçamentária para concessionária, dessa forma a verificação por meio de perfilagem ótica da atual situação do poço servirá de embasamento para uma posterior contratação de empresa para a manutenção corretiva ou fechamento do poço.

2.6. Sem a devida contratação, o Hospital não poderá licitar a manutenção do poço, pois, as empresas não terão possibilidade de ajustar os métodos mais eficientes para a pesca do material no fundo do poço.

3. Área requisitante

3.1. Pelotão de obras do H Mil A Manaus

4. Descrição dos requisitos da contratação

4.1. O objeto da contratação deve apresentar os padrões de qualidade definidos e pormenorizados no Projeto Básico.

4.2. O prazo de início do serviço será de 05 dias após o envio da nota de empenho ao fornecedor.

5. Levantamento de mercado

5.1. A Instrução Normativa 73/2020, prevê variadas possibilidades de levantamento de mercado. Para o presente objeto utilizaram-se o inciso IV do 5º art. da referida instrução normativa conforme justificativa contida no relatório da pesquisa de preço.

5.2. Utilizou-se o referido parâmetro de pesquisa por conta das especificidades

(modelos e quantidades) dos equipamentos objetos do contrato, o que impossibilitou a pesquisa por outros meios. Os preços coletados foram analisados de forma crítica.

5.3. Foram contatadas 03 (três) empresas em Manaus que executam o tipo de serviço pretendido.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de perfilagem ótica do poço artesiano e confecção de relatório contendo os seguintes serviços:

6.1.1. Verificar a atual situação do poço devido ao rompimento da corda de apoio da tubulação;

6.1.2. Identificar e diagnosticar os danos causados, apresentando soluções para manutenção corretiva;

6.1.3. Verificar os motivos dos danos causados;

6.1.4. Verificar Possíveis vazamentos de emendas;

6.1.5. Verificar a Situação da coluna de revestimento;

6.1.6. Verificar a Zona de proteção sanitária;

6.1.7. Verificar a Profundidade dos filtros em intervalos;

6.1.8. Disponibilizar filmagem do interior do poço;

6.1.9. Confeccionar um relatório final contendo todas as informações solicitadas e demais informações pertinentes a manutenção corretiva do poço.

6.1.10. Deve ser executado com um equipamento de conjunto de perfiladores óticos possibilitando a realização de filmagens das paredes internas do poço. Isso de forma lateral e horizontal, a partir de uma microcâmera 360° colorida à prova d'água com um contador para aferir medidas de revestimentos e profundidade final do poço, iluminação **LED de alta intensidade e foco de fundo e lateral.**

6.2. A contratação da execução, indireta, objeto desta demanda, tem suporte nos incisos I e II, artigo 8º, e no inciso II, artigo 21, ambos do Decreto Nº 3.555, de 2000, bem assim nas disposições da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 2017, da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, normativo que disciplina a contratação para a prestação de serviços de natureza comum e continuada pela Administração Federal.

6.3. Os serviços serão executados nas dependências do **H Mil A Manaus – Hospital Militar de Área de Manaus**, cujo endereço está discriminado abaixo:

Rua Professor Ernani Simão nº 1421, Bairro Cachoeirinha - CEP:69065-060 – Manaus-AM.

6.4. Para a prestação dos serviços a Contratada utilizará, sob sua inteira responsabilidade e de acordo com as normas que regem a atividade, mão de obra devidamente treinada e qualificada.

6.5. Os serviços deverão ser executados pela Contratada conforme as especificações apresentadas no Termo de Referência.

7. Estimativas das quantidades a serem contratadas

7.1. A presente quantidade foi deduzida a partir da quantidade de 01(um) poço artesiano necessitando de manutenção corretiva no H Mil A Manaus

8. Estimativa do valor da contratação

8.1. O custo estimado da aquisição é de **R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)**.

8.2. A pesquisa de preço foi realizada em acordo com a Instrução Normativa nº 65, de 21 de julho de 2021. Para o presente processo o parâmetro descrito no inciso IV do artigo 5º.

8.3. Durante pesquisa de preço, foi realizada análise criteriosa dos valores obtidos, de forma que os valores extremos tanto para baixo como para cima foram descartados e foi mantida, sempre que possível diferença entre o menor e o maior preço registrado em torno de 30%. Assim, foi estimado o valor de cada item desta contratação.

8.4. A definição do método para estabelecer o preço de referência para a aquisição/contratação é tarefa discricionária do Gestor Público. Esse foi o entendimento

do Tribunal de Contas da União – TCU no Acórdão 4952/2012 – Plenário, que diz:

8.5. *“A definição da metodologia a ser empregada no processo de elaboração de pesquisa de preços se encontra nitidamente dentro do espaço de escolha discricionária da administração”.*

8.6. Ante o exposto, reputa-se justificada a metodologia utilizada para a pesquisa de preço.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Conforme o objeto do presente processo se define pelo serviço de manutenção da ETE, o mesmo não possui justificativa para o referido parcelamento, tendo em vista que será executada de forma mensal a partir da assinatura do contrato.

10. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

10.1. O Plano de Gestão do H Mil A Manaus define oito Objetivos Estratégicos Institucionais, descritos abaixo:

- OEO-01. Aprimorar e aperfeiçoar continuamente a assistência de saúde à Família Militar;
- OEO-02. Integrar e compartilhar as informações assistenciais, gerenciais e de tecnologia da informação;
- OEO-03. Institucionalizar a Humanização do atendimento e a segurança do paciente;
- OEO-04. Aperfeiçoar a Gestão Orçamentário-Financeira;
- OEO-05. Projetar o Hospital no meio civil;
- OEO-06. Otimizar o controle de equipamentos hospitalares;
- OEO-07. Incrementar a produtividade hospitalar (CDM); e
- OEO-08. Reduzir o custo dos encaminhamentos para OCS/PSA.

10.2. Além disso, contempla, nos itens de Planejamento Estratégico e Plano de Ação, a pormenorização dos Objetivos Estratégicos Institucionais. Relacionamos abaixo os de interesse para este certame:

OEO	Fator Crítico de Sucesso	Iniciativas
☐ OEO-01. Aprimorar e otimizar continuamente a assistência de saúde à Família Militar	Integração com outras OMS; recursos financeiros; pessoal e equipamentos	9.1-Adequar as Clínicas e Serviços às normas vigentes, 9.2 - Instituir programas de melhoria da assistência à saúde, 9.3 - Otimizar a telessaúde/telemedicina, 9.5 - Implementar o Sistema de Informações Hospitalares, 9.6 - Implementar Normas, Rotinas e Procedimentos (Orientações Normativas, Procedimentos Operacionais Padrão-POP e Instruções de Trabalho) em todas as áreas assistenciais e administrativas, 9.7 - Estabelecer o serviço de Hotelaria Hospitalar, 9.11 - Incrementar as atividades de ensino e educação continuada na área de saúde, 9.12 - Adequar setores hospitalares para prestar assistência de saúde de nível terciário, e 9.14 - Otimizar a manutenção de equipamentos.
☐ OEO-06. Otimizar a aquisição e o controle de insumos e equipamentos hospitalares;	Recursos financeiros; pessoal e equipamentos	9.4 - Modernizar a solução de tecnologia da Informação e 9.5 - Implementar o Sistema de Informações Hospitalares.
☐ OEO-07. Incrementar a produtividade hospitalar (CDM);	Integração com outras OMS; recursos financeiros; pessoal e equipamentos	9.6 - Implementar Normas, Rotinas e Procedimentos (Orientações Normativas, Procedimentos Operacionais Padrão-POP e Instruções de Trabalho) em todas as áreas assistenciais e administrativas, 9.7 - Estabelecer o serviço de Hotelaria Hospitalar, 9.12 - Adequar setores hospitalares para prestar assistência de saúde de nível terciário e 9.14 - Otimizar a manutenção de equipamentos.

OEO	Fator Crítico de Sucesso	Iniciativas
☐ OEO-08. Reduzir o custo dos encaminhamentos para OCS/PSA	Integração com outras OMS; recursos financeiros; pessoal e equipamentos	9.6 - Implementar Normas, Rotinas e Procedimentos (Orientações Normativas, Procedimentos Operacionais Padrão-POP e Instruções de Trabalho) em todas as áreas assistenciais e administrativas, 9.7 – Estabelecer o serviço de Hotelaria Hospitalar, 9.12 - Adequar setores hospitalares para prestar assistência de saúde de nível terciário e 9.14 - Otimizar a manutenção de equipamentos.

10.3. Assim, existe alinhamento entre planejamento e a contratação do objeto, posto que exista uma antevisão - no que tange a aquisição de recursos financeiros, humanos, materiais e de equipamentos - no Plano de Gestão do H Mil A Manaus.

11. Resultados Pretendidos

11.1. Manter a execução dos serviços administrativos do Hospital Militar de Área de Manaus, de forma a apoiar as atividades Médico-hospitalares e evitar desperdícios ao erário.

11.2. Propiciar os meios para a manutenção corretiva do poço artesiano, baixando assim o consumo de água pela concessionária, diminuindo o gasto orçamentário.

12. Providências a serem adotadas

12.1. Não se vislumbra necessidades de tomada de providências no sentido de adequar o ambiente do órgão para o serviço, além disso, cabe ressaltar que o fiscal de contrato escalado do hospital será responsável pela inspeção, verificação da qualidade e fiscalização do presente serviço no H Mil A Manaus.

13. Possíveis Impactos Ambientais

13.1. Com o intuito de mitigar possíveis impactos ambientais, tendo em vista as características peculiares da atividade hospitalar, o H Mil A Manaus possui Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS), sendo este atualizado anualmente e dispondo de Comissão de Gestão Ambiental para acompanhamento da correta execução do PGRSS. Além disso, tem contratos firmados e vigentes com empresas especializadas nos serviços de coleta, transporte e destinação final de

Resíduos de Serviço de Saúde (grupos A, B e E), gerados pelo H Mil A Manaus.

13.2. Ademais, em toda contratação o H Mil A Manaus preconiza que os seus fornecedores sigam os critérios descritos abaixo:

- Critérios ambientais: As embalagens dos produtos deverão ser, preferencialmente, fabricadas com materiais reciclados ou que possam ser reciclados. Nos termos do Decreto nº 2.783, de 1998, e Resolução CONAMA nº 267, de 14/11/2000, é vedada a oferta de produto ou equipamento que contenha ou faça uso de qualquer das substâncias que Destroem a Camada de Ozônio abrangidas pelo Protocolo de Montreal.

13.3. Critérios Sociais: A empresa vencedora não poderá ter em seu quadro de pessoal empregado(s) menor (ES) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal de 1988.

14. Declaração de Viabilidade

- Considerando os **pontos abaixo elencados:**
- A contratação alinha-se às finalidades do H Mil A Manaus e é viável do ponto de vista ambiental, econômico estratégico conforme demonstra este estudo.
- Os requisitos relevantes para contratação foram adequadamente levantados e analisados, inclusive o tempo esperado para que a solução esteja disponível para o órgão.
- As quantidades sugeridas para o serviço estão coerentes com a demanda prevista.
- No mercado existe a solução proposta e essa solução é viável, além de ser fornecida por um número de fornecedores que garante à participação de empresas e consequentemente a concorrência.
- As estimativas dos preços dos itens a serem contratados foram feitas e estão **documentadas adequadamente nesse ETP.**

- O ETP indica a necessidade do não parcelamento da solução e define os resultados pretendidos com a contratação.

- A relação custo-benefício do serviço é considerada favorável.

Esta agente declara ser viável tecnicamente a contratação da solução pretendida e fundamentadamente necessária.

Manaus, 09 de Maio de 2022



JOSE COSTA DE OLIVEIRA - Cap QAO
Chefe da Seção de Obras e Manutenção



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

ANEXO IV

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS (IMR)

(NUP: 64581.005501/2022-95)

1. DEFINIÇÕES GERAIS

1.1. O Instrumento de Medição de Resultado – IMR é o ajuste escrito anexo ao contrato entre o provedor de serviços e o órgão contratante, que define, em bases compreensíveis, tangíveis, objetivamente observáveis e comprováveis os níveis esperados de qualidade da prestação do serviço e respectivas adequações de pagamento.

1.2. Objetivo a atingir: Prestação do serviço em elevados níveis de qualidade.

1.3. Forma de avaliação: Definição de situações que caracterizem o não atendimento do objetivo, e atribuição de descontos no valor de pagamento devido.

1.4. Sanções: embora a aplicação de índices de desconto seja instrumento de gestão contratual, não configurando sanção, a Contratante poderá, pela qualidade insuficiente, aplicar as penalidades previstas em contrato.

1.5. As atividades descritas neste Projeto Básico deverão ser efetuadas periodicamente pela equipe de fiscalização e controle da execução dos serviços, gerando relatórios mensais de prestação de serviços executados, que serão encaminhados ao gestor do contrato.

2. OBJETIVOSA CONTRATADA deverá atingir a meta de 100% de realização dos serviços constantes neste projeto básico. Caso as metas não sejam alcançadas, a fiscalização fará os cálculos necessários para fixar a faixa de ajuste de pagamento, conforme a seguir:

Perfilagem ótica do poço artesiano do H Mil A Manaus	
Item	Descrição
Finalidade	Acompanhamento contratual
Ocorrência	1. Desconformidade dos serviços prestados ou dos resultados pretendidos; 2. Descumprimento de qualquer cláusula contratual; 3. Ocorrência de vício que cause indisponibilidade no objeto.
Meta a cumprir	100% /mês
Periodicidade	Diária
Fiscalização	Diária
Início da vigência	Assinatura do Empenho
Fatores para aplicação para redimensionamento	Aplicação da fração de redução diária no caso de indisponibilidade (1/30) do valor total, multiplicado pelo total de dias indisponíveis.

A aplicação do redimensionamento não exime a contratada das demais sanções previstas em lei.

3. REGRAS GERAIS

3.1. Para o acompanhamento e avaliação dos serviços da Contratada será estabelecido e utilizado o Instrumento de Medição de Resultado – IMR entre as partes, baseando-se em indicadores e metas definidos neste documento.

3.2. A análise dos resultados destas avaliações pela Contratante poderá resultar em penalidades, conforme prevê o Processo de Aferição, caso a Contratada não cumpra com os seus compromissos de apresentação, pontualidade, disponibilidade e de prestação do objeto contratual, conforme estabelecido pelos indicadores.

3.3. O IMR deve ser considerado e entendido pela Contratada como um compromisso de qualidade que assumirá junto à Contratante. O IMR é um instrumento ágil e objetivo de avaliação da qualidade da execução contratual, associando o pagamento à qualidade efetivamente obtida.

3.4. Para o recebimento integral do valor contratado, a empresa contratada deverá cumprir com suas obrigações contratuais, em especial as dispostas nos indicadores de desempenho.

3.5. O IMR será implementado a partir da primeira medição da data de assinatura do contrato, cabendo ao Fiscal Técnico do contrato avaliar mensalmente a execução dos serviços prestados.

3.6. Para consecução destes objetivos deverá ser adotado as regras e metodologias de medição de resultado descritas nos itens abaixo.

4. MEDIÇÃO E PAGAMENTO MENSAL DOS SERVIÇOS PRESTADOS

4.1. Todas as ocorrências serão registradas, diariamente pelo Contratante, que notificará a Contratada através de relatório mensal, atribuindo pontos para as ocorrências segundo tabela abaixo:

OCORRÊNCIAS	PONTUAÇÃO
Serviços executados de forma descuidada ou de maneira relapsa.	1,0
Não cumprimento de obrigações relativas ao serviço depois de reiteradas solicitações para fazê-lo.	2,0
Não responder as comunicações realizadas em tempo hábil.	2,0
Cobrança por serviços não prestados	2,0
Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela Contratante, para cada 24 horas de atraso.	2,0
Deixar de realizar o serviço por falta de pessoal especializado ou material.	2,0
Demora de mais de 02 dias para resolver problemas decorrentes de falha.	2,0

5. PENALIDADES

5.1. A cada mês será apurado o somatório da pontuação decorrente dos registros de ocorrências até o presente momento. Essa soma servirá como base para que o contratante aplique a glosa mensal, de modo que, atingindo o quantum necessário à configuração de uma glosa, esta será aplicada em cima do valor apurado da fatura mensal.

PONTUAÇÃO ACUMULADA	SANÇÃO
Até 8 pontos	Advertência, caso não tenha sido aplicado anteriormente durante a vigência do contrato.
8,1 a 12 pontos	Glosa correspondente a 1% do valor total
12,1 a 16 pontos	Glosa correspondente a 2% do valor total

16,1 a 20 pontos	Glosa correspondente a 3% do valor total
20,1 a 24 pontos	Glosa correspondente a 4% do valor total
24,1 a 28 pontos	Glosa correspondente a 6% do valor total
28,1 a 32 pontos	Glosa correspondente a 8% do valor total
A cada ponto acima de 32	Glosa correspondente a 8% acrescido de 1% a cada ponto extra, do valor total

5.2. A sanção de advertência será aplicada somente uma vez.

5.3. A cada aplicação da penalidade, os valores do somatório serão zerados, de forma a não haver duplicidade na aplicação da sanção.

5.4. A quebra ou violação do sigilo, sem considerar o devido processo legal a qualquer momento, permitirá a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5.5. Em caso da Contratada somar 33 pontos ficará facultado ao contratante a rescisão unilateral sem ônus financeiro do contrato.

5.6. A fim de não haver descontinuidade dos serviços, no caso acima, o contratante poderá aguardar a efetivação de nova contratação para rescindir unilateralmente o contrato.

6. RESPONSABILIDADES

6.1. Equipe de Fiscalização:

6.1.1. Responsável pela Avaliação da Contratada utilizando-se o Formulário de Avaliação de Qualidade dos Serviços e encaminhamento de toda documentação ao Gestor do Contrato juntamente com as justificativas.

6.2. Gestor de Contrato:

6.2.1. Responsável pela consolidação das avaliações recebidas e pelo encaminhamento de consolidações e do relatório das instalações à Contratada;

6.2.2. Responsável pela aplicação de advertência à Contratada e encaminhamento de conhecimento à autoridade competente;

6.2.3. Responsável pela solicitação de aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Contratada;

6.2.4. Responsável pela emissão da Avaliação de Desempenho do Fornecedor – Parcial e Final.

7. DESCRIÇÃO DO PROCESSO

7.1. Cabe ao fiscal de contrato, por meio da equipe responsável pela fiscalização do contrato, efetuar o acompanhamento diário do serviço prestado, registrando e arquivando as informações de forma a embasar a avaliação mensal da Contratada.

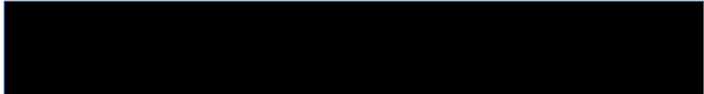
7.2. No final do mês de apuração, a equipe responsável pela fiscalização do contrato deve encaminhar, em até cinco dias após o fechamento das medições, os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços gerados no período.

7.3. Cabe a cada Unidade, por meio do respectivo Gestor do Contrato, mensalmente, e com base em todos os Formulários de Avaliação de Qualidade dos Serviços gerados durante este período, consolidar a avaliação de desempenho da Contratada frente ao contrato firmado e encaminhar uma via para a Contratada.

7.4. De posse dessa avaliação, o Gestor do Contrato deve aplicar na medição seguinte as penalidades cabíveis previstas neste procedimento, garantindo a Defesa Prévia à Contratada.

7.5. Cabe ao Gestor do Contrato encaminhar mensalmente à Contratada, no fechamento das medições, Quadro Resumo demonstrando de forma acumulada e mês a mês, o desempenho global da Contratada em relação aos conceitos alcançados pela mesma.

Manaus-AM, 09 de Maio de 2022.


JOSE COSTA DE OLIVEIRA - Cap QAO
Chefe da Seção de Obras e Manutenção



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

ANEXO II - MAPA DE RISCOS DOS ESTUDOS PRELIMINARES Nº ____/2022

PERFILAGEM ÓTICA DO POÇO ARTESIANO DO H MIL A MANAUS

FASE DE ANÁLISE

1. RISCO NO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

RISCO 01 –Atraso no processo de contratação			
Probabilidade:	() Baixa	(X) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Id	Dano		
1.	Não realizar a filmagem do poço.		
2.	Não verificar a atual situação do poço para verificação de possíveis soluções ou posterior desativação do poço.		
3.	Não realização de processo licitatório para perfuração de um novo poço.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Instruir o Estudo Preliminar e o Projeto Básico com base no que dispõe a legislação de referência, sobretudo no que dispõe a Instrução Normativa nº 05/2017 – IN 05, do Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão.	SALC	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Atendimento às disposições constantes da IN 05, no que se refere à confecção do Estudo Preliminar.	FISC ADM	

RISCO 02–Problemas na seleção de empresa			
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Id	Dano		
1.	Seleção de empresa sem devida capacitação para a execução dos serviços, o que, por consequência, geraria transtorno para os pacientes, acompanhantes e funcionários do HMAM.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	

1.	Seguir as disposições constantes do instrumento convocatório, sobretudo no concerne à habilitação dos licitantes, do Pregão Eletrônico.	Gerente do processo, setor requisitante.
Id	Ação de Contingência	Responsável
1.	Verificar os requisitos de participação da pesquisa de preço, bem como os critérios para habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista, qualificação econômico-financeira e requisitos técnicos e profissionais.	Setor requisitante.
2.	Intensificar a análise das propostas apresentadas atentando para o descrito no item da requisitória.	Setor requisitante.

2. RISCO NA GESTÃO DO CONTRATO

RISCO 03 – Empresa não seguir o contrato			
Probabilidade:	(X) Baixa	() Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(X) Alta
Id	Dano		
1.	Durante a execução contratual a empresa não cumprir as disposições constantes do projeto básico, o que, por consequência poderá acarretar em problemas futuros.		
Id	Ação Preventiva	Responsável	
1.	Atentar para os dispositivos que regem a fiscalização da execução do contrato.	FISC ADM (Fiscal do serviço)	
Id	Ação de Contingência	Responsável	
1.	Verificar as disposições acerca da fiscalização da execução contratual constante no projeto básico.	FISC ADM (Fiscal do serviço)	

Manaus, 09 de Maio de 2022.

RESPONSÁVEL



JOSE COSTA DE OLIVEIRA - Cap QAO
Chefe da Seção de Obras e Manutenção



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 22.615.333/0001-68 DUNS®: 942270597
Razão Social: MB CONSULTORIA E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA
Nome Fantasia: MB CONSULTORIA E PROJETOS AMBIENTAIS
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 23/06/2022
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta (Dados obtidos do histórico)

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	13/08/2022
FGTS	Validade:	11/06/2022
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	14/11/2022

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	31/07/2022
Receita Municipal	Validade:	09/07/2022

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2023



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 03/06/2022 09:02:43

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **MB CONSULTORIA E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA**
CNPJ: **22.615.333/0001-68**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Sistema do CNJ está indisponível**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (03/06/2022 às 09:03) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 22.615.333/0001-68.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6299.F89C.4A63.1820 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php



Certidão de Acervo Técnico - CAT
Resolução Nº 1025 de 30 de Outubro de 2009
Resolução Nº 218 de 29 de Junho de 1973

CREA-RR

CAT COM REGISTRO DE ATESTADO

504719/2021

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Roraima

Atividade concluída

CERTIFICAMOS, em cumprimento ao disposto na Resolução nº 1.025, de 30 de outubro de 2009, do Confea, que consta dos assentamentos deste Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Roraima - Crea-RR, o Acervo Técnico do profissional **MIKE ARANHA BRANDÃO** referente à(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica - ART abaixo discriminada(s):

Profissional: **MIKE ARANHA BRANDÃO**

Registro: **0911538330RR**

RNP: **0911538330**

Título profissional: **GEÓLOGO**

Número da ART: **RR20210087222**

Tipo de ART: **OBRA / SERVIÇO**

Registrada em: **08/09/2021**

Baixada em: **21/09/2021**

Forma de registro: **INICIAL**

Participação técnica: **INDIVIDUAL**

Empresa contratada: **M. ARANHA BRANDÃO EIRELI - ME**

Contratante: **EDIL S DE ARAUJO**

CPF/CNPJ: **07.705.545/0001-42**

Endereço do contratante: **RUA FRANCISCO CUSTÓDIO DE ANDRADE**

Nº: **1842**

Complemento:

Bairro: **TANCREDO NEVES**

Cidade: **BOA VISTA**

UF: **RR**

CEP: **69313498**

Contrato:

Celebrado em: **21/07/2021**

Valor do contrato: **R\$ 4.500,00**

Tipo de contratante: **Pessoa Jurídica de Direito Privado**

Ação institucional: **Nenhum**

Endereço da obra/serviço: **RUA FRANCISCO CUSTÓDIO DE ANDRADE**

Nº: **1824**

Complemento:

Bairro: **TANCREDO NEVES**

Cidade: **BOA VISTA**

UF: **RR**

CEP: **69313498**

Data de início: **21/07/2021**

Conclusão efetiva: **21/07/2022**

Finalidade: **Ambiental**

Proprietário: **EDIL S DE ARAUJO**

CPF/CNPJ: **07.705.545/0001-42**

Atividade Técnica: **1 - DIRETA OBRAS E SERVIÇOS - CONSTRUÇÃO CIVIL > GEOTECNIA > #1217 - POÇOS 15 - EXECUÇÃO 1.00 unidade; 4 - CONSULTORIA OBRAS E SERVIÇOS - GEOLOGIA > #3139 - RELATÓRIO TÉCNICO 2 - ESTUDO 1.00 unidade;**

Observações

PERFURAÇÃO E EXECUÇÃO DE UM POÇO TUBULAR PROFUNDO CONFORME NORMA NBR 12244 E ACOMPANHAMENTO TÉCNICO COM ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO E PERFIL GEOLÓGICO O, LOCALIZADO NA RUA FRANCISCO CUSTODIO DE ANDRADE, Nº1842,TRANQUEDO NEVE NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA/RR.

Informações Complementares

- O Atestado foi emitido por meio Laudo Técnico emitido pela ART nº RR20210087219.

CERTIFICAMOS, finalmente, que se encontra vinculado à presente Certidão de Acervo Técnico - CAT, o atestado contendo 1 folha(s), expedido pelo contratante da obra/serviço, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes.

Certidão de Acervo Técnico nº 504719/2021

03/11/2021, 08:52

1AcD4

A Certidão de Acervo Técnico (CAT) à qual o atestado está vinculado constituirá prova da capacidade técnico-profissional da pessoa jurídica somente se o responsável técnico indicado estiver ou venha a ser integrado ao seu quadro técnico por meio de declaração entregue no momento da habilitação ou da entrega das propostas.

Certificamos que se encontra vinculado à presente CAT o atestado apresentado em cumprimento à Lei nº 8.666/93, expedido pela pessoa jurídica contratante, a quem cabe a responsabilidade pela veracidade e exatidão das informações nele constantes. É de responsabilidade deste Conselho a verificação da atividade profissional em conformidade com a Lei nº 5.194/66 e Resoluções do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA.

Esta certidão perderá a validade, caso ocorra qualquer alteração posterior dos elementos cadastrais nela contidos.

A autenticidade desta Certidão pode ser verificada em: <http://sitac.crearr.org.br/publico/>, com a chave: 1AcD4



ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

CONTRATO MB

LOCAL DE REALIZAÇÃO: RETÍFICA CIBOLINHA, LOCALIZADA NAR FRANCISCO CUSTODIO DE ANDRADE, TRANQUEDO NEVES MUNICÍPIO DE BOA VISTA/RR.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO: 21/07/2021 a 28/07/2021

PARCELA EXECUTADA: OBRA/SERVIÇO

CONTRATANTE: RETÍFICA CIBOLINHA CNPJ: 07.705.545/0001-42

CONTRATADA: M. ARAHA BRANDAO EIRELI CNPJ: 22.615.333/0001-68

RESPONSÁVEL TÉCNICO: MIKE ARANHA BRANDÃO

TÍTULO PROFISSIONAL: GEÓLOGO RNP: 0911538330

RESPONSÁVEL TÉCNICO HABILITADO: MARCELO RICARDO SOUZA DE ALMEIDA

TÍTULO PROFISSIONAL: GEÓLOGO RPN: 0911534571

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS REALIZADOS: PERFURAÇÃO E ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO TÉCNICO E PERFIL GEOLÓGICO DE UM POÇO TUBULAR PROFUNDO PARA OBTENÇÃO DA OUTORGA DE DIREITO DE RECURSOS HÍDRICOS JUNTO A FEMARH, LOCALIZADO NA RUA FRANCISCO CUSTODIO DE ANDRADE, Nº1842,TRANQUEDO NEVES NO MUNICÍPIO DE BOA VISTA-RR.

ART: RR20210087216

CONTRATANTE: RETÍFICA CIBOLINHA
CNPJ: 07.705.545/0001-42

RESPONSÁVEL TÉCNICO: MIKE ARANHA BRANDÃO

RESPONSÁVEL TÉCNICO HABILITADO: MARCELO RICARDO SOUZA DE ALMEIDA
RNP: 0911538330

Este documento encontra-se registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Roraima, vinculado à Certidão nº 504719/2021, emitida em 03/11/2021



Certidão nº 504719/2021
03/11/2021, 10:32
Chave de Impressão: 1AcD4
O documento neste ato registrado foi emitido em 03/11/2021 e contém 1 folhas





CONSULTORIA
E PROJETOS AMBIENTAIS

MB CONSULTORIA E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA
CNPJ: 22.615.333/0001-68

PROPOSTA DE PREÇOS

Dispensa Eletrônica N° 28/2022

HOSPITAL MILITAR DE ÁREA DE MANAUS

Processo Administrativo nº 64581.005501/2022-95

Nome Fantasia:	
Razão Social: MB CONSULTORIA E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA	
CNPJ: 22.615.333/0001-68	
Endereço: Av. Major Williams, Nº 367, Complemento: Sala 4,	
Bairro: Centro	Cidade: Boa Vista / RR
CEP: 69.333-015	E-MAIL: mbconsultoriaeprojetosamb@gmail.com
Telefone: (95) 99156-2947	Fax: (95) 3224-7834

Apresentamos, abaixo, nossa proposta para **Serviço de perfilagem ótica do poço artesiano com fornecimento de relatório do Hospital Militar de ÁREA**, conforme nos termos do disposto da Dispensa Eletrônica n.º 28/2022.

Item	Descrição do Serviço	Unid	Quant.	Valor Total (R\$)	Valor Total (R\$)
01	Contratação de empresa especializada para prestação de perfilagem ótica do poço artesiano e confecção de relatório seguintes serviços: - Verificar a atual situação do poço devido ao rompimento da corda de apoio da tubulação; - Identificar e diagnosticar os danos causados, apresentando soluções para manutenção conetiva; - Verificar os motivos dos danos causados; - Verificar Possíveis vazamentos de emendas; - Verificar a Situação da coluna de revestimento; Verificar a Zona de proteção sanitária; - Verificar a Profundidade dos filtros em intervalos; - Disponibilizar filmagem do interior do poço; - Confeccionar um relatório final contendo todas as informações solicitadas e demais informações pertinentes, a manutenção corretiva do poço. - Deve ser executado com um equipamento de conjunto de perfiladores óticos possibilitando a realização de filmagens das paredes internas do poço. Isso de forma lateral e horizontal, a partir de uma microcâmera 360° colorida à prova d'água com um contador para aferir medidas de revestimentos e profundidade final do poço, iluminação LED de alta intensidade e foco de fundo e lateral. CATSERV: 15598	SV	1	5.400,00	5.400,00

Av. Major Williams, nº 367 sala nº 4, centro – Boa Vista-RR
CEP.: 69.301-015 – Telefone: (95) 9959-0774/ (95) 3224-7834
mbconsultoriaeprojetosamb@gmail.com



CONSULTORIA
E PROJETOS AMBIENTAIS

MB CONSULTORIA E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA

CNPJ: 22.615.333/0001-68

	Valor Total da Proposta (Cinco mil e quatrocentos reais).	5.400,00
--	--	-----------------

1) Declaramos que estão inclusas no valor cotado todos os custos decorrentes da operação de venda, tais como: transporte, mão de obra, impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, prêmios de seguro, fretes, taxas e outras despesas incidentes ou necessárias à efetivação do fornecimento na forma prevista no Edital.

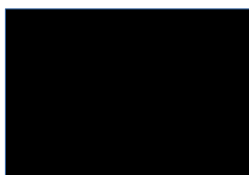
2) Declaramos que a prestação do serviço atende às especificações do órgão.

3) Finalizando, declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas na Dispensa Eletrônica e seus anexos.

Prazo de Execução: conforme solicitação.

Validade da Proposta: será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

Boa Vista/RR, 01 de junho de 2022.



MIKE ARANHA BRANDÃO



Sócio Administrador

Dispensa eletrônica 28/2022

MINISTÉRIO DA DEFESA
Comando do Exército
Comando Militar da Amazônia
12ª Região Militar
Hospital Geral de Manaus

Período para entrega de proposta: 24/05/2022 13:38:16 até 30/05/2022 11:59:59

Período para envio de lances: 30/05/2022 12:00:00 até 30/05/2022 18:00:00

Emergencial: Não

Participação preferencial ME/EPP: Sim

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de perfilagem ótica de poço artesiano com emissão de laudo técnico e anotação de responsabilidade técnica - ART, para atender as necessidades do Hospital Militar de Área de Manaus.

Item 1 - Manutenção de Poço - Tubular

Manutenção de Poço - Tubular

Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de perfilagem ótica do poço artesiano com emissão de laudo Técnico e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART.

- Verificar a atual situação do poço devido ao rompimento da corda de apoio da tubulação;
- Identificar e diagnosticar os danos causados, apresentando soluções para manutenção corretiva;
- Verificar os motivos dos danos causados;
- Verificar Possíveis vazamentos de emendas;
- Verificar a Situação da coluna de revestimento;
- Verificar a Zona de proteção sanitária;
- Verificar a Profundidade dos filtros em intervalos;
- Disponibilizar filmagem do interior do poço;
- Confeccionar um laudo técnico contendo todas as informações solicitadas e demais informações pertinentes a manutenção corretiva do poço.
- Deve ser executado com um equipamento de conjunto de perfiladores óticos possibilitando a realização de filmagens das paredes internas do poço. Isso de forma lateral e horizontal, a partir de uma microcâmera 360 colorida à prova d'água com um contador para aferir medidas de revestimentos e profundidade final do poço, iluminação LED de alta intens

Unidade de fornecimento:	UNIDADE
Quantidade:	1
Valor estimado:	R\$ 5.500,0000
Situação:	Adjudicado e Homologado

Aceito para MB CONSULTORIA E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA, CNPJ 22.615.333/0001-68, pelo melhor lance R\$ 5.400,0000.

Propostas do item 1

Propostas do item 1

22.615.333/0001-68 - MB CONSULTORIA E PROJETOS AMBIENTAIS

Porte MeEpp/Equiparadas: Sim

Valor proposta: R\$ 5.400,0000

Declaração ME/EPP: Sim

Descrição detalhada: Perfilagem ótica do poço artesiano com emissão de laudo Técnico e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. • Verificar a atual situação do poço devido ao rompimento da corda de apoio da tubulação; • Identificar e diagnosticar os danos causados, apresentando soluções para manutenção corretiva; • Verificar os motivos dos danos causados; • Verificar Possíveis vazamentos de emendas; • Verificar a Situação da coluna de revestimento; • Verificar a Zona de proteção sanitária; • Verificar a Profundidade dos filtros em intervalos; • Disponibilizar filmagem do interior do poço; • Confeccionar um laudo técnico contendo todas as informações solicitadas e demais informações pertinentes a manutenção corretiva do poço. • Deve ser executado com um equipamento de conjunto de perfiladores óticos possibilitando a realização de filmagens das paredes internas do poço. Isso de forma lateral e horizontal, a partir de uma microcâmera 360 colorida à prova d'água com um contador para aferir medidas de revestimentos e profundidade final do poço, iluminação LED.

Situação: Proposta adjudicada

40.461.441/0001-05 - WASH AIR ENGENHARIA LTDA

Porte MeEpp/Equiparadas: Sim

Valor proposta: R\$ 5.500,0000

Declaração ME/EPP: Sim

Descrição detalhada: Manutenção de Poço - Tubular Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de perfilagem ótica do poço artesiano com emissão de laudo Técnico e Anotação de Responsabilidade Técnica - ART. • Verificar a atual situação do poço devido ao rompimento da corda de apoio da tubulação; • Identificar e diagnosticar os danos causados, apresentando soluções para manutenção corretiva; • Verificar os motivos dos danos causados; • Verificar Possíveis vazamentos de emendas; • Verificar a Situação da coluna de revestimento; • Verificar a Zona de proteção sanitária; • Verificar a Profundidade dos filtros em intervalos; • Disponibilizar filmagem do interior do poço; • Confeccionar um laudo técnico contendo todas as informações solicitadas e demais informações pertinentes a manutenção corretiva do poço. • Deve ser executado com um equipamento de conjunto de perfiladores óticos possibilitando a realização de filmagens das paredes internas do poço. Isso de forma lateral e horizontal, a partir de uma microcâmera 360 colorida à prova d'água com um contador para aferir medidas de revestimentos e profundidade final do poço, iluminação LED de alta intens

Lances do item 1

Nenhum lance foi registrado para o item 1.

Mensagens do chat do item 1

Enviado pelo sistema:

30/05/2022 18:00:01

O item 1 está encerrado.

Enviado pelo sistema para o participante 22.615.333/0001-68:

01/06/2022 11:26:04

Sr. Fornecedor MB CONSULTORIA E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA, CNPJ 22.615.333/0001-68, você foi convocado para enviar anexos para o item 1. Prazo para encerrar o envio: 12:00:00 do dia 02/06/2022. Justificativa: Solicito o envio da proposta atualizada..

Enviado pelo sistema para o participante 22.615.333/0001-68:

02/06/2022 12:00:00

O item 1 teve a convocação para envio de anexos encerrada às 12:00:00 de 02/06/2022. 2 anexos foram enviados pelo fornecedor MB CONSULTORIA E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA, CNPJ 22.615.333/0001-68.

Eventos do item 1

Eventos do item 1

Encerramento etapa - Item com etapa aberta encerrada.	30/05/2022 18:00:01
Encerramento lances - Item encerrado para lances.	30/05/2022 18:00:01
Convocação anexo - Fornecedor MB CONSULTORIA E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA, CNPJ 22.615.333/0001-68 convocado para o envio de anexo. Prazo de encerramento: 02/06/2022 12:00:00. Motivo: Solicito o envio da proposta atualizada..	01/06/2022 11:26:04
Aceitação - Fornecedor MB CONSULTORIA E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA, CNPJ 22.615.333/0001-68 teve a proposta aceita, melhor lance: R\$ 5.400,0000.	02/06/2022 12:12:29
Habilitação - Fornecedor MB CONSULTORIA E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA, CNPJ 22.615.333/0001-68 foi habilitado.	02/06/2022 12:12:48
Adjudicação - Fornecedor MB CONSULTORIA E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA, CNPJ 22.615.333/0001-68 teve a proposta adjudicada, melhor lance: R\$ 5.400,0000.	03/06/2022 08:48:23
Homologação - Item homologado.	03/06/2022 08:48:23

Mensagens do chat da dispensa 28/2022

Enviado pelo sistema:	30/05/2022 12:00:01
A sessão pública está aberta. A partir deste momento todos os itens estão abertos para disputa até as 18:00. Mantenham-se conectados.	
Enviado pelo sistema:	01/06/2022 11:22:44
A etapa de julgamento de propostas foi iniciada. Para acompanhá-la acesse a opção "Seleção de fornecedores" na linha do tempo.	

Eventos da dispensa 28/2022

Abertura da sessão pública - Abertura da sessão pública	30/05/2022 12:00:01
Início julgamento de propostas - Início da etapa de julgamento de propostas	01/06/2022 11:22:43



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 22.615.333/0001-68 DUNS®: 942270597
Razão Social: MB CONSULTORIA E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA
Nome Fantasia: MB CONSULTORIA E PROJETOS AMBIENTAIS
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 23/06/2022
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta (Dados obtidos do histórico)

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	13/08/2022
FGTS	Validade:	11/06/2022
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	14/11/2022

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	31/07/2022
Receita Municipal	Validade:	09/07/2022

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2023

Emitido em: 03/06/2022 09:02

1 de 1

Nome: KLEBER OLIVEIRA DE PAULA

Ass: _____



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 03/06/2022 09:02:43

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **MB CONSULTORIA E PROJETOS AMBIENTAIS LTDA**
CNPJ: **22.615.333/0001-68**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Sistema do CNJ está indisponível**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

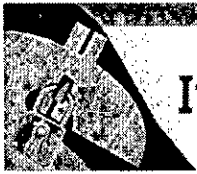
Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (03/06/2022 às 09:03) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 22.615.333/0001-68.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 6299.F89C.4A63.1820 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php